

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

GETULIO ISSAMO ONISHI

TÉCNICA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2012

GETULIO ISSAMO ONISHI



TÉCNICA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientador: Prof. Msc. André Sandmann

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

MEDIANEIRA

2012



TERMO DE APROVAÇÃO

Técnica de Ensino na Educação Especial

Por

Getulio Issamo Onishi

Esta monografia foi apresentada às 10h20 do dia 01 de Dezembro de 2012, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof. M.Sc. ANDRÉ SANDMANN
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof^a. CAMILA MENONCIN
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof. M.Sc. CIDMAR ORTIZ DOS SANTOS
UTFPR – Câmpus Medianeira

Dedico a minha família por ter acreditado no meu potencial, na minha perseverança e na minha força de vontade de chegar até ao final do curso de especialização, sem jamais vacilar. Agradeço a Deus por promover a paz de espírito e inteligência.

AGRADECIMENTOS

Ao nosso Deus pelo dom da vida, saúde, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

A minha esposa Marlene e os meus filhos Tata e Gu, pelo incentivo e motivação, durante o período do curso de pós-graduação, no desenvolvimento da monografia e durante todos os dias da minha vida.

Ao professor André Sandmann, orientador do TCC, pela disponibilidade, interesse e receptividade com que me recebeu e pela prestabilidade com que me ajudou.

Agradeço aos pesquisadores, aos coordenadores e aos professores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais Frans e Elaine que me auxiliaram no decorrer da especialização.

Agradeço, à diretora Vanda, a coordenadora Fernanda e às professoras da Escola La Salette que contribuíram com a pesquisa e o desenvolvimento do trabalho.

Enfim, sou grato a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“Se todos nós fizéssemos o que somos capazes,
ficaríamos espantados com nós mesmos”.

(THOMAS EDISON)

RESUMO

Onishi, Getulio Issamo. **Técnica de Ensino na Educação Especial**. 2012. 50 folhas. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2012.

O trabalho de pesquisa em questão tem por fim abordar o início da história da educação especial no Brasil, bem como, assuntos e questionamentos sobre a inclusão social do indivíduo com necessidades educacionais especiais. No tocante as questões da educação especial no Brasil, o Senador Flávio Arns foi o propulsor do desenvolvimento e incentivou a criação de espaços inclusivos. Apresentar-se-á dados estatísticos relativos à inclusão de alunos especiais, na rede regular de ensino da Escola La Salette, localizada no município de Nova Londrina, dos últimos cinco anos; comentar sobre a técnica de ensino adotada pela referida instituição de ensino, objetivando entender o desenvolvimento cognitivo do aluno com necessidade educativa especial; da avaliação nas etapas de desenvolvimento acadêmico e do planejamento de aula. Questionamentos e análises surgirão, no decorrer do referido estudo, relacionados à questão da acessibilidade do indivíduo portador de necessidades educativas especiais; à dificuldade encontrada no cotidiano; ao problema da adaptação curricular, à avaliação da aprendizagem e inclusão na rede regular de ensino. Considerações finais: a educação é um processo de construção da consciência crítica; perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos; avaliação contínua do ensino-aprendizagem; desenvolvimento do potencial dos alunos especiais sem distinção e encaminhá-los para inclusão na regular de ensino.

Palavras-chave: Técnica Ensino; Educação; Inclusão.

ABSTRACT

ONISHI, Getulio Issamo. **Technique of teaching in special education**. 2012.50 sheets. Monograph (specialization in education: teaching methods and techniques). Federal University of technology-Paraná, Medianeira, 2012.

The research in question is intended to deal with the early history of special education in Brazil, as well as, issues and questions on social inclusion of individuals with special educational needs. As regards the issues of special education in Brazil, Senator Flávio Arns was the engine of development and encouraged the creation of inclusive spaces. Get introduced to statistics relating to the inclusion of special students on regular school education network La Salette, located in the city of Nova Londrina, the past five years; comment on teaching technique adopted by the educational institution, aiming to understand the cognitive development of the students with special educational needs; the evaluation on the academic development and stages of the planning of the classroom. Questions and analyses will emerge in the course of this study, related to the issue of accessibility of individuals with special educational needs; the difficulty encountered in everyday life; the problem of adapting curriculum, evaluation of learning and inclusion in the regular school network. Final thoughts: education is a process of building the critical conscience; notice the special educational needs of the students; continuous review of teaching and learning; development of the potential of special pupils without distinction and refer them for inclusion in regular education.

Keywords: Teaching Technical; Education; Inclusion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –Vista frontal da Escola La Salette	30
Figura 2 - Vista interna da Escola La Salette	31

LISTA DE SIGLAS

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CENESP – Centro Nacional de Educação Especial

CNE – Conselho Nacional de Educação

CEB – Câmara da Educação Básica

DEEIN – Departamento de Educação Especial e Inclusão

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LDBN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PPP – Projeto Político Pedagógico

SEED – Secretaria de Estado de Educação

TGD – Transtornos Globais de Desenvolvimento

UEM – Universidade Estadual de Maringá

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL – HISTÓRIA	13
2.2 INCLUSÃO	15
2.3 ADAPTAÇÕES CURRICULARES	16
2.4 AVALIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM	18
2.5 ACESSIBILIDADE	20
2.6 ESCOLA LA SALETTE	21
2.6.1 História da Escola	21
2.6.2 Atendimento Educacional	22
2.6.3 Técnica de Ensino	26
2.6.3.1 Planejamento de Aula	26
2.6.3.2 Recursos Utilizados	27
2.6.3.3 Das Técnicas de Ensino Adotadas	27
2.6.3.4 Avaliação nas Etapas/Programas Ofertados	28
2.6.4 Dados Estatísticos dos Últimos Cinco Anos	28
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	30
3.1 LOCAL DA PESQUISA	30
3.2 TIPO DE PESQUISA	32
3.3 COLETA DE DADOS	32
3.4 ANÁLISE DOS DADOS	33
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36
APÊNDICE(S)	38

1 INTRODUÇÃO

Em síntese este trabalho baseia-se na pesquisa de campo e pesquisa bibliográfica, tendo como assunto principal a educação especial, técnica de ensino adotada e a inclusão na rede regular de ensino.

Pretende-se investigar a questão da inclusão do aluno no contexto pedagógico; apresentar informações e mostrar dados relevantes sobre a complexidade das necessidades educativas especiais da Escola La Salette, localizada no município de Nova Londrina; os principais questionamentos relativos à necessidade de adaptação curricular e acessibilidade; à técnica de ensino adotada; à avaliação no processo ensino aprendizagem dos educandos redirecionando os aspectos avaliativos a partir do nível de conhecimento e individualidade de cada educando e indagar assuntos referentes à inclusão social do indivíduo com necessidades especiais.

Apresentar-se-á fatos da história da evolução da Educação Especial, da origem, do direito à educação das pessoas portadoras de deficiência, da implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, das dificuldades encontradas e da inclusão do aluno especial no ensino regular.

Tais abordagens tornam-se necessárias visto que os educandos com necessidades educacionais específicas eram excluídos, abandonados, de forma mais acentuada no passado, pois a inclusão ainda não atingiu a sua totalidade, caminhando a passos lentos.

Além disso, serão apontados alguns fatores que influenciam na questão da não inclusão dos educandos com necessidades especiais na rede de ensino regular, assim como, a necessidade de adaptações curriculares necessárias ao atendimento desta clientela. Diante das questões enunciadas, torna-se imprescindível a busca de condições mais favoráveis que tratam do desenvolvimento intelectual, social, afetivo e profissional do indivíduo portador de necessidades especiais.

O trabalho consiste na investigação, identificação, argumentação e produção de conteúdos relativos ao desenvolvimento do tema proposto, cujas pesquisas serão realizadas na Escola La Salette.

Há muitas situações adversas quanto à acessibilidade do portador de necessidade educativa especial no município de Nova Londrina. Neste contexto,

pode-se destacar, além de outras adversidades do cotidiano, o acesso à escola, aos órgãos públicos, aos hospitais, às vias públicas, ao transporte coletivo, etc.

Logo, o estudo objetiva também buscar alternativas que não sejam conflitantes, tornando a inserção do indivíduo portador de necessidade educativa especial no contexto social e cultural sem constrangimento.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL – HISTÓRIA

A educação especial iniciou-se no Brasil em meados do século XIX, até então os alunos com necessidades educativas especiais eram excluídos, abandonados, considerando que a inclusão ainda não atingiu a sua totalidade conforme rege a legislação vigente. Não obteve sucesso almejado, porque, em muitos casos, é ainda atribuída ao aluno a responsabilidade de se adaptar ao ambiente escolar no qual está inserido.

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o aluno com necessidade educativa especial tem os mesmos direitos garantidos a todos os cidadãos, como à liberdade, à educação formal, ao desenvolvimento pessoal e social, e à livre participação na vida das comunidades. Conforme a Lei nº 8.069, no art. 54, do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 (ECA) –, “é dever do Estado, assegurar o atendimento educacional especializado ao portador de deficiência, na rede regular de ensino”.

Para garantir o acesso, a permanência e o sucesso do aluno com necessidades educacionais especiais, na sala de aula do ensino regular, é preciso que a prática do professor seja baseada nas necessidades, nas potencialidades e nos interesses desse estudante. Na perspectiva de Silva (2010, p.102), para ocorrer à inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, na sala comum do ensino regular, é necessário que o professor mude de postura, para tanto, “é de suma importância, que os cursos de formação ensinem os futuros professores a lidar com a diversidade atualmente existente na sala de aula”.

A partir da década de 1960, teve aumento considerado de instituições especializadas lutando pelo direito de escolarização das pessoas com necessidades educativas especiais e que fossem inseridas na rede de ensino regular. Há, assim, um resgate de diretrizes anunciadas na LDB de 1961, a qual já indicava que o atendimento ao aluno com algum tipo de deficiência física ocorresse dentro do possível na educação regular.

De acordo com Resolução nº 2/2001(CNE/CEB), em que institui diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, em seu Art. 3º - Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

E, no art. 58 da Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, “Da Educação Especial”, diz o seguinte: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação especial, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”, visando promover o desenvolvimento do educando, o exercício da cidadania, a qualificação para o trabalho e sua inclusão social.

Conforme descreve Minetto (2008, p. 44), foi a partir de 1974 que a escolarização do alunado com necessidade educativa especial, antes denominada de “Educação de Excepcional, passou a ser denominada de Educação Especial”. E, juntamente com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), do Ministério da Educação e Cultura (MEC), o aluno com necessidade educativa especial teve a oportunidade de fazer parte do contexto educacional.

[...] partindo do princípio que todo ser humano pode aprender, podemos afirmar que todos, ainda que com condições físicas, mentais, sensoriais, neurológicas ou emocionais significativamente diferentes, podem desenvolver sua inteligência. (BAPTISTA, 2009, p.15).

Mais tarde, em Outubro de 1985, já na Nova República, houve a necessidade urgente de redefinição da política para a Educação Especial no Brasil, a fim de que o atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais, com problemas de conduta e os superdotados, fosse compreendido como de responsabilidade coletiva. Mazzota (2011, p. 111) declara que a nova proposta da educação especial se

inscreve como dimensão da nova política social brasileira, pautando-se na perspectiva de participação conjunta do governo e da sociedade para alcance da meta primordial da educação especial.

Em 1990, a “Declaração Mundial de Educação Para Todos” já recomendava medidas que garantissem a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência como parte integrante do sistema educativo. Mas foi em 1994, com a Declaração de Salamanca, na Espanha, que o projeto de escola inclusiva foi mais precisamente delineado. (FACION, 2005, p. 49).

2.2 INCLUSÃO

O processo de inclusão começa na escola, por intermédio de docentes preparados e especializados no tema diversidade, em conjunto com os seguimentos da sociedade, visando tornar o ensino-aprendizagem de qualidade e eficaz, no sentido de atender as especificidades e as particularidades de cada indivíduo.

Segundo o Senador Arns (2007, p.75), para inclusão de alunos que apresentam necessidades educativas especiais na rede regular de ensino, “não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos”, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades.

A questão da inclusão educacional, no ensino regular, é um processo muito lento, portanto torna-se necessária a mobilização da sociedade, o apoio do governo e, principalmente, a mobilização da escola, dos educadores e dos pais de alunos, para alavancar o desenvolvimento da educação inclusiva de boa qualidade. Na concepção de Baptista, ele afirma que a escola especial também pode ser inclusiva.

[...] A escola especial pode ser um espaço altamente qualificado e pode contribuir com processos inclusivos, principalmente quando propõe uma ação complementar e não exclusiva. Ou seja, uma escola que se constitui como uma “escola de recursos”, como já acontece com as salas de recursos, as quais oferecem atendimento especializado sem afastar o aluno do ensino comum. (BAPTISTA, 2009, p. 90).

Sabe-se que a inclusão é um desafio que implica não apenas transformar a escola como um todo, mas, de acordo com Guebert (2007, p. 21) necessita de “ações eficazes que garantam o desenvolvimento intelectual, social, afetivo e profissional da clientela a qual se destina”. Este processo de inclusão exige mudanças nos projetos pedagógicos, realização de adaptações curriculares de pequeno e grande porte, modificações das estruturas físicas das escolas, de professores preparados e engajados no ensino da educação especial.

[...] a ideia de inclusão se fundamenta em uma filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade, significa garantia de acesso de todos, a todas as oportunidades, independente das peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social. (ARANHA, 2000, p. 94).

2.3 ADAPTAÇÕES CURRICULARES

Para efetivação da educação inclusiva no Brasil é muito importante que se faça adaptações curriculares de grande porte em todo o sistema educacional, é uma questão social, política e administrativa que depende de ações conjuntas no processo de inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais.

As adaptações curriculares são respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional de forma a favorecer a todos os alunos, e, dentre estas, os que apresentam necessidades educacionais especiais. É necessário promover o desenvolvimento contínuo do ensino-aprendizagem, tendo como referência a elaboração do projeto pedagógico, a execução das práticas inclusivas no sistema escolar, oferecer atitude favorável para diversificar e tornar flexível o processo de ensino de modo a atender as diferenças individuais e as peculiaridades da aprendizagem.

[...] quando é necessário fazer as adaptações curriculares? A decisão deve ser tomada por uma equipe e nunca somente pelo professor. Cada caso deve ser considerado individualmente para que se chegue a uma conclusão das reais mudanças necessárias e, por isso, deve contar com a participação ativa de toda a equipe técnico-pedagógica da escola, assessoria externa e dos pais. (MINETTO, 2008, p. 65).

A proposta pedagógica curricular elaborada de modo contextualizado, com foco nas adaptações curriculares significativas relacionadas à quantificação de conteúdo, aos detalhamentos de objetivos, aos desenvolvimentos metodológicos, aos recursos didáticos e aos instrumentos de avaliações diferenciadas, objetiva atendimentos das necessidades educacionais de cada aluno.

Os critérios de adaptação curricular são indicadores de como devem aprender, de como e quando aprender, das distintas formas de organização do ensino e de avaliação da aprendizagem com ênfase na necessidade de previsão e provisão de recursos e apoio adequados.

Adaptação curricular de grande porte: as ações não dependem da escola, porém, de decisões técnico-político-administrativas, dependem de decisões superiores, de competência e atribuição de órgãos de Administração Educacional Pública.

Adaptação curricular de pequeno porte: compreendem modificações menores, de competência da escola ou do professor sem grandes dificuldades, isto é, a escola tem autonomia para realizar adaptações menos significativas e com poucos recursos financeiros. São pequenos ajustes nas ações planejadas a serem desenvolvidas no contexto da sala de aula.

Segundo o Senador Arns (2008), no âmbito das atribuições formais, cabe à Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a Direção das Unidades Escolares, a responsabilidade de mapear a população que será atendida pela rede escolar; identificar as necessidades especiais presentes nessa população; identificar quais são as adaptações curriculares de grande porte que devem ser providenciadas de forma a permitir o acesso e a participação de todos os alunos no cotidiano escolar; planejar as adaptações, incluindo providências a serem tomadas a curto, a médio e longo prazo; colocar em prática as adaptações de acesso ao currículo cuja atribuição e responsabilidade são da Direção das Unidades Escolares; permitir e prover suporte administrativo, técnico e científico na flexibilização do processo de ensino-aprendizagem de modo a atender à diversidade; adotar propostas curriculares diversificadas e abertas, em vez de adotar concepções rígidas e homogeneizadoras do currículo; tornar flexível a organização e o funcionamento da escola de forma a atender à demanda diversificada dos alunos; viabilizar a atuação de professores especializados e de serviços de apoio para favorecer o processo educacional.

2.4 AVALIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar são elaborados em consonância com a organização curricular de cada etapa. Para a avaliação são utilizados procedimentos que assegurem o acompanhamento do pleno desenvolvimento do aluno, evitando-se comparações dos alunos entre si.

Nessa perspectiva, cabe ressaltar que, uma escola com concepções de valor histórico-crítico busca alcançar os objetivos da questão educacional com base no desenvolvimento histórico. Porém, no modo de ver de Saviani (2005), a “compreensão da história a partir do desenvolvimento material, da determinação das condições materiais da existência humana”.

A educação é o processo de transmissão e assimilação da cultura produzida historicamente, é por meio da educação que nos humanizamos, tornando-se possível a formação de nossa segunda natureza, a natureza social. Saviani (2005) sintetiza esse objetivo como: “trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”.

Como condição indispensável à humanização a educação se faz presente a todo o momento e nem sempre de forma planejada, entendemos a escola como instituição social cuja especificidade é a transmissão, de forma sistematizada e organizada, do saber historicamente acumulado.

A significação social da atividade pedagógica do educador é justamente proporcionar condições para que os alunos aprendam, ou melhor, engajem-se em atividades de aprendizagem. Para tanto, o professor é responsável por organizar situações propiciadoras da aprendizagem, levando em conta os conteúdos a serem transmitidos e a melhor maneira de fazê-lo.

Ao considerar a diversidade entre os educandos que requerem medidas de flexibilização e dinamização do currículo, percebe-se junto a essas condições a exigência da atenção do educador para viabilizar a todos os alunos acesso à aprendizagem e ao conhecimento. Nessa perspectiva, o professor é o interventor entre o conhecimento e o aluno, entre os produtos culturais humano-genéricos e seres humanos em desenvolvimento.

Nesta proposta educacional é essencial que todo planejamento esteja coerente com as necessidades de cada educando em particular. Tal fato justifica o objetivo de uma proposta altamente individualizada, para atender as necessidades e anseios de cada aluno.

Todo o processo educativo apresenta um caráter mediacional e o trabalho do professor demanda especificidades, pois sua finalidade é garantir que os alunos se apropriem do saber elaborado, sistematizado e clássico.

[...] “a escola diz respeito ao conhecimento elaborado, e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado, e não ao saber fragmentado; à cultura erudita, e não à cultura popular”. (SAVIANI, 2005, p. 19).

Independente de ser um aluno com necessidades educativas especiais, o sistema de ensino precisa dar base para que o aluno construa conceitos e tenha experiências sociais de forma a ser útil e atuante na sociedade. Diante do exposto, a avaliação é essencial na formação do indivíduo como sujeito, pois possibilita avaliar o conhecimento adquirido e promover independência para que este indivíduo possa resolver seus problemas.

A avaliação não pode apenas diagnosticar conteúdos assimilados, ela deve diagnosticar o processo de aprendizagem do aluno, pois avaliar significa acompanhar o caminho que o aluno segue em seu processo de ensino para descobrir suas necessidades, habilidades e dificuldades.

Todavia, a avaliação da aprendizagem deve ser realizada de forma contínua, qualitativa e processual, devendo refletir o desenvolvimento global do aluno e considerar as características individuais deste no conjunto dos componentes curriculares trabalhados. A avaliação é realizada em função das áreas do desenvolvimento e do conhecimento, utilizando métodos e instrumentos diversificados, coerentes com as concepções e finalidades educativas expressas no Projeto Político-Pedagógico da Escola (PPP).

Na visão de Perrenoud (2000, p. 51), é preciso promover a avaliação do cognitivo do educando de forma contínua e didática e, em resumo, o educador deve efetivar a avaliação da aprendizagem para “aprender a avaliar para ensinar melhor”.

No sistema de avaliação do processo de ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais é importante que o professor identifique os

pontos fortes, perceba as necessidades dos alunos e garanta o atendimento educacional especializado, dando ênfase para que o educando seja encaminhado à inclusão.

[...] avaliação diagnóstica da educação especial precisam modificar seus espaços e formas de atuação. As informações devem ser obtidas e compartilhadas na própria escola, visto que tratar-se de um processo contínuo e não mais de um conjunto de atos pontuais. A avaliação deve ter características predominantemente pedagógicas, elencando aspectos relevantes no processo de ensino e aprendizagem: o aluno, o contexto escolar e o contexto familiar. (UEM, 2010, p. 82).

2.5 ACESSIBILIDADE

A palavra acessibilidade é para assegurar que os alunos com necessidades educativas especiais ou mobilidade reduzida participem de atividades que incluem o uso de produtos, serviços, recursos tecnológicos, metodológicos e ter possibilidade de conviver na sociedade como indivíduo comum.

Quanto à efetivação da acessibilidade, ainda é um problema social que necessita de apoio da esfera governamental, do envolvimento da sociedade, da escola do ensino fundamental, médio e superior e, principalmente, dos educadores para que façam esta intermediação.

No jornal Folha de Londrina, 19 de Outubro de 2012 (FOLHA OPINIÃO, p.2), apresentam relatos de estudantes com deficiência sobre a questão da acessibilidade e direitos, apontando as principais falhas: “ausência de adaptação do prédio, como rampas de acesso e banheiros adaptados, as questões mais simples como aplicar prova com letras maiores e adaptar a iluminação da sala”.

Todavia, as adaptações curriculares de pequeno porte é de grande relevância e de responsabilidade da direção da escola tomar as providências necessárias, juntamente, com os educadores, desenvolver um plano de ação que possibilite atender os alunados com necessidades educativas especiais.

Sem dúvida, para realização de qualquer modificação da estrutura física da escola ao atendimento dos alunos com necessidades educativas especiais ou com

problemas de mobilidade, dependem de ações conjuntas e, principalmente, de apoio político-financeiro do município, da sociedade e dos pais de alunos especiais.

Enfim, as pequenas adaptações são necessárias e obrigatórias de forma a propiciar que todos os alunos com necessidades educativas especiais possam ir e vir, tornando o ambiente acessível e inclusivo.

Contudo, é necessário envolvimento maciço da sociedade brasileira para resolver com habilidade e assertividade as falhas existentes, pois, a garantia de “acessibilidade” é um direito do aluno que tem necessidades educativas especiais e um dever do Estado, o “cumprimento” das diretrizes.

2.6 ESCOLA LA SALETTE

2.6.1 História da Escola

Tendo em vista as dificuldades dos alunos com necessidades educativas especiais para se adaptarem às escolas regulares, surgiu a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), fundada por pais, amigos, professores e médicos que perceberam a necessidade de dar ênfase à questão das necessidades educacionais especiais, além de trabalharem na melhoria da qualidade de vida dos alunados especiais.

A APAE de Nova Londrina, Estado do Paraná, foi fundada no dia 24 de Julho de 1984, com a missão de promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientação, prestação de serviços e apoio a família, direcionada à melhoria da qualidade de vida do aluno com necessidade educativa especial “com diversas deficiências”, à construção de uma sociedade justa e solidária.

Devido à necessidade de atender a clientela de alunos com necessidades educativas especiais, criou-se a Escola APAE de Nova Londrina, mantenedora da futura Escola de Educação Especial “La Salette”, fundada no dia 29 de Março de 1985.

[...] Escola La Salette de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial é uma instituição destinada a prestar serviço especializado de natureza educacional aos alunos portadores de algum tipo de deficiência. A escola está preparada para receber a clientela de alunados com graves comprometimentos, com múltiplas deficiências, com poucas condições de comunicação e com sinalização diferenciada. Muitos dos alunos com grau de comprometimento que não lhes possibilite ter acesso ao currículo desenvolvido no ensino regular, pelo fato de requererem, atendimentos complementares e terapêuticos dos serviços especializados da área da saúde quando se fizerem necessários. (SEED/DEEIN, 2011).

2.6.2 Atendimento Educacional

Atualmente, a “Escola La Salette” oferta atendimento educacional nas etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, na modalidade Educação Especial. Os serviços prestados são divididos de acordo com as etapas da evolução do cognitivo: Educação Infantil (programas de Estimulação Essencial e Educação Pré-escolar); Ensino Fundamental (Anos Iniciais – Escolaridade); Educação Profissional (Iniciação Profissional: Salas de Atividades de Formação Ocupacional – Pedagógicas e Sala de Oficina Protegida Terapêutica); Programa de Escolaridade e Educação de Jovens e Adultos, Fase -1, destinada aos educandos que apresentam Deficiência Intelectual, Deficiência Física-Neuromotora associada a Múltiplas Deficiências e Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD).

Diante disso, a escola apresenta como objetivo desenvolver as atividades educacionais, visando atender as necessidades especiais dos educandos, em respeito ao princípio constitucional, em seu art. 206, inciso I, qual seja, o da igualdade de condições para o acesso e permanência do aluno à escola.

Nesse sentido, esta instituição de ensino procura, através de ações, a garantia da equidade na formação educacional, nas diferentes etapas e programas de Educação Básica. Procura, assim, atender os educandos que apresentam necessidades educativas especiais, visa garantia de uma educação igualitária e de qualidade, pautada nas diversidades dos alunos; oferecem formas alternativas, como currículos adaptados e funcionais, objetivando o desenvolvimento integral de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais.

Entre as etapas ofertadas pela escola está a Educação Infantil voltada ao atendimento de crianças (de 0 a 5 anos e 11 meses); e contempladas com o Ensino Fundamental – Anos Iniciais, 1º ano do 1º Ciclo, crianças (de 6 a 16 anos e 11 meses).

A Educação Infantil (Estimulação Essencial e Educação Pré-Escolar): é a primeira etapa da educação básica, apresenta como objetivo fomentar o desenvolvimento global da criança em seus aspectos físico, motor, social, afetivo e cognitivo, complementado com a ação da família e da comunidade.

Para tanto, a prática da Educação Infantil é organizada de modo que permite que as crianças desenvolvam uma imagem de si, atuando de forma cada vez mais independente, que conheçam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos e cuidando da própria saúde e bem-estar e, que estabeleçam e ampliem cada vez mais as relações sociais.

Os conteúdos trabalhados incluem todas as áreas desenvolvidas: cognitivo sensório-perceptivo, linguística, emotiva, motora, ampla e refinada de auto-ajuda e social. Esta etapa se divide nos programas:

Estimulação Essencial (de 0 a 3 anos e 11 meses)

Ressalta-se que neste contexto, a educação deve ser essencialmente lúdica. As crianças mantêm contato com uma variedade de estímulos e experiências que lhes propiciam o desenvolvimento integral. Essas ações são desenvolvidas e fundamentadas numa concepção interdisciplinar e totalizadora.

No programa de Estimulação Essencial são contempladas, no trabalho de ensino-aprendizagem com os educandos, as áreas de formação: identidade e autonomia, linguagem oral e escrita (expressiva), pensamento lógico-matemático, natureza e sociedade, música, artes visuais e movimento.

Nesse cenário são fomentados momentos de descobertas, estimulando através de diversas metodologias a exploração de forma prazerosa e agradável, de modo que as atividades desenvolvidas priorizam o lúdico, contextualizando-se situações e acontecimentos importantes, utilizando-se de dramatizações, músicas, danças, artes ou outra forma de expressão. Com isso desenvolvem-se na criança (de 0 a 3 anos e 11 meses de idade) os aspectos físicos e psicológicos de forma integral.

Pré-Escolar (de 4 a 5 anos e 11 meses)

Neste programa são trabalhados conteúdos voltados para a língua portuguesa, ressalta-se a estimulação linguística e a aquisição do valor sonoro. Entre as áreas do conhecimento também são conteúdos pertinentes a esse programa a matemática, natureza e sociedade. Todavia, tais conhecimentos são trabalhados de modo imbricado, de modo a não perder de vista o desenvolvimento dos aspectos físico, motor, social, afetivo e cognitivo.

Ensino Fundamental/Anos Iniciais (de 6 a 16 anos e 11 meses)

Esta etapa visa à formação básica do aluno, procurando desenvolver sua capacidade de aprender, domínio da leitura, da escrita, do cálculo, compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, da arte e dos valores da sociedade. Os conteúdos trabalhados incluem língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia, ensino religioso, arte, e educação física, por meio de diferentes linguagens. A criança se expressa através do movimento, da oralidade, do desenho e da escrita.

Nessa perspectiva, esta etapa, por meio do programa de escolarização, tem como objetivo proporcionar aos alunos com deficiência intelectual, deficiência física neuro-motora e múltiplas deficiências e/ou transtorno global do desenvolvimento, oportunidade de acesso à educação básica, de ampliação de habilidades acadêmicas funcionais e das suas competências, propiciando o desenvolvimento de suas potencialidades, promovendo a inclusão e o exercício da cidadania.

Educação de Jovens e Adultos – Fase I – 1ª Etapa / Educação Profissional – Formação Inicial

Na reflexão pedagógica voltada a esta etapa educativa, têm especial relevância as dimensões social, ética e política. A concepção referencia a importância do valor educativo, do diálogo e da participação, considerando o educando como sujeito construtor de saberes, que devem ser reconhecidos.

Os educadores que desenvolvem as atividades pedagógicas: (jovens, adultos e idosos) que apresentam necessidades educacionais especiais, requer atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social; recursos; ajuda intensa e contínua; adaptações curriculares significativas que a escola comum não consegue prover encontram-se apoio na escola, de modalidade de Educação Especial.

A educação de jovens, adultos e idosos, correspondente a esse nível de ensino, se caracteriza não só pela diversidade do público que atende e dos contextos em que se realiza, mas também pela variedade dos modelos de organização dos programas formais e extensivos.

A concepção proposta para as ações pedagógicas desenvolvidas na Fase I do Ensino Fundamental é a dialógica, reflexiva e crítica, voltada para questões sociais, culturais, políticas, dentre outras, compreendendo o educando como sujeito que participa e interfere na construção histórica da sociedade em que vive.

Reconhecendo a especificidade desse nível de ensino, o perfil do educando, a diversidade cultural deste sujeito e suas experiências socialmente construídas, o trabalho pedagógico é efetivado, considerando a participação coletiva do educando e do educador e, ainda, a relevância e a possibilidade de articulação das questões locais e universais de forma interdisciplinar.

Vale destacar que esta etapa de ensino tem como objetivo proporcionar a interdisciplinaridade nas práticas do contexto de ensino-aprendizagem.

[...] O objetivo da interdisciplinaridade é, portanto, o de promover a superação da visão restrita de mundo e a compreensão da complexidade da realidade, ao mesmo tempo resgatando a centralidade do homem na realidade e na produção do conhecimento, de modo a permitir ao mesmo tempo uma melhor compreensão da realidade e do homem como o ser determinante e determinado. (LUCK, 2005, p. 60).

Educação Profissional (Formação Profissional)

Acontece de maneira articulada. Considera-se as peculiaridades da aprendizagem dos educandos de modo contextualizado, com foco nas adaptações / flexibilizações curriculares significativas quanto à quantificação dos conteúdos, detalhamento de objetivos, desenvolvimento metodológico, recursos didáticos e instrumentos de avaliação diferenciados visando a responder às necessidades educacionais de cada aluno.

Com a ampliação das habilidades acadêmicas funcionais e das suas competências, propicia o pleno desenvolvimento de potencialidades e a inclusão social do aluno.

São ofertados conteúdos nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Estudos da Sociedade e da Natureza, Arte e Educação Física, concomitante a Formação Cidadã e a Formação Profissional. A matriz curricular de Artesanato, Horticultura, Marcenaria, Higiene e Beleza desenvolvida através de um cronograma com carga horária estabelecida para cada área.

Esta etapa atende aos alunos que não tenham concluído a Educação Básica – Anos Iniciais, que apresentam necessidades educacionais e precisam de atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social. Tal atendimento é complementado, sempre que necessário e de maneira articulada, por serviços das áreas de Saúde, Trabalho e Assistência Social. Diante disso, no que tange ao percurso escolar do aluno, este ocorre na escola de acordo com os níveis educacionais e idades cronológicas condizentes com cada etapa de ensino.

Ao atingir os objetivos previstos na escola, o aluno especial é inserido no ensino regular para dar continuidade à aprendizagem educacional/inclusão escolar. (APAE - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2010).

2.6.3 Técnicas de Ensino

2.6.3.1 Planejamento de Aula

O planejamento de aula, na Escola La Salette, é baseado no plano anual, obedecendo aos conteúdos das diretrizes curriculares para as etapas ofertadas. Também ocorre planejamento de acordo com o nível de cada aluno e atividades que atendam a sua dificuldade, com o objetivo do sucesso do mesmo e, geralmente, as aulas são preparadas no início de cada bimestre.

2.6.3.2 Recursos Utilizados

Dos recursos utilizados no atendimento dos alunos com necessidades educativas especiais em sala de aula e em atividades extraclases, utilizam-se recursos de tecnologias assistivas em alguns casos de diversidade.

Dentre os recursos utilizados podemos exemplificar alguns que são utilizados na escola: livros didáticos; material dourado; prancha alfabética; jogos de memória; blocos lógicos; jogos de encaixe; jogos pedagógicos; músicas; vídeos; televisão; computador; multimídia; lince; bingo alfabético; dominó; quebra-cabeças; quadra poliesportiva; cones; arcos; bolas de borracha e colchonetes.

2.6.3.3 Das Técnicas de Ensino Adotadas

No que tange às técnicas adotadas ao longo do trabalho na educação especial, as professoras da referida instituição de ensino, ao responder o questionário, retrataram que, habitualmente, levam-se em conta os conhecimentos prévios dos alunos, são propostos desafios para que possam confrontar suas hipóteses espontâneas e conceitos científicos, apropriando-se gradativamente do conhecimento sistematizado e elaborado.

As atividades priorizam o lúdico, contextualizando situações e acontecimentos importantes, para tanto são utilizadas dramatizações, músicas, danças, artes ou outra área de expressão, para a culminância e síntese de cada bloco de estudo realizado.

Deve-se destacar que, como professor, é importante desenvolver o conhecimento do aluno através da confrontação de idéias, da resolução de exercícios, das tarefas, dos trabalhos e da participação em grupo de estudo.

Na prática educativa, Freire (2011, p. 68), diz que “toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina”, ou seja, depende-se do *feedback* de informações para construção do conhecimento, é a garantia do aprendizado do alunado.

2.6.3.4 Avaliação Nas Etapas / Programas Ofertados

Ao longo dos questionamentos, ao comentar sobre a avaliação do desenvolvimento acadêmico dos educandos, as professoras citaram que esta tem característica diagnóstica, contínua, processual e descritiva. Para tanto, analisa-se a forma como o educando elabora o seu conhecimento, de que modo busca entender, acompanhar, refletir e registrar, tanto as transformações que acontecem com o aluno, bem como, o que é realizado pelo professor, como dos êxitos e dificuldades vivenciadas no cotidiano da instituição.

Faz parte do processo avaliativo uma avaliação bimestral. Além desta, são realizados outros critérios como recursos adaptados, avaliação gestual ou oral aos alunos que apresentam dificuldades acentuadas.

Toda produção verbal ou não verbal é avaliada servindo para orientar a prática pedagógica do educador. Nesse processo, o erro assume um caráter mediador, permitindo ao educador redirecionar a prática pedagógica.

Destaca-se que as avaliações acima mencionadas não têm atribuição de nota por menção numérica, sendo para tanto, utilizados conceitos [R= realizou; NR= não realizou ou ainda RP= realizou parcialmente].

Entretanto, tais processos avaliativos serão posteriormente convertidos em Relatórios Bimestrais, desse modo, revelam-se importante como aspecto diagnóstico das potencialidades e limitações do aluno, bem como para suporte aos próximos passos metodológicos a serem encaminhados.

2.6.4 Dados Estatísticos dos Últimos Cinco Anos

De acordo com os dados Estatísticos (Apêndice A) podemos verificar a quantidade de alunos matriculados na Escola La Salle, no período de (2007 a 2011), do total de 555 alunos matriculados, 20 alunos foram inseridos na rede regular de ensino ou escola comum.

No ano de 2010, percebeu-se uma mudança quanto aos encaminhamentos dos alunos, alguns destes foram inseridos diretamente nas salas especiais.

No ano de 2011, com a transformação da Escola Especial em Escola de Educação Básica ofertando a mesma proposta do Ensino Regular, porém com números reduzidos nas salas de aula, equipe multiprofissional, professores especializados, certificações e terminalidade, nível de aprendizagem, currículo altamente individualizado e acadêmico.

Em consequência deste fato marcado por um novo olhar e mudança apenas um aluno foi inserido na Escola Comum por opção da família. Dados estatísticos fornecidos pela Escola La Salette (APAE, 2012).

Diante o exposto e perante os dados apresentados, percebe-se que a maior parcela de alunos inserido no ensino regular / comum encontra-se em idade de Pré-escolar ou 1º ano do Ensino Fundamental. Ora, entre os indícios que sinalizam esse cenário, constata-se a resistência de alguns pais perante a possibilidade da inserção de seu filho em um novo contexto educacional e logo, em uma nova escola.

Deduz-se também que, possivelmente, esse comportamento esteja imerso por sensações como medo, insegurança e até pelo viés assistencialista deliberado pela mantenedora desta escola, uma vez que, entre os pilares da Associação, está não apenas o aspecto escolar, mas a saúde e a assistência social.

Contudo, vale salientar que existem outros pontos que se conjecturam como explicação para o inverso dessa estatística. Entre os aspectos, o fato de que alguns pais geram certas ansiedades ou perspectivas em ver o seu filho inserido na escola regular, de modo que, muitas vezes, se prontificam a inserir seus filhos em outro âmbito educacional independente do laudo institucional, fazendo desse modo à opção de matrícula de seu filho na escola regular.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

3.1 LOCAL DA PESQUISA

A Escola La Salette (APAE) localiza-se no município de Nova Londrina, Estado do Paraná. As informações que foram obtidas, juntamente com a diretora, a coordenadora e os docentes, são referentes à educação especial e à técnica de ensino-aprendizagem utilizada nesta instituição.



Fig. 1 – Vista frontal da Escola La Salette.

Fonte: Google/Internet

A Escola La Salette conta com prédio próprio, uma área em alvenaria composta por 01 sala de secretaria; 01 sala da Direção Escolar; 01 sala de coordenação pedagógica; 01 sala para os professores; 01 sala de recepção, 01 sala de informática; 07 salas de aula, sendo 01 sala de aula com banheiro; 01 barracão para marcenaria; 01 sala de música; 01 sala de artes; 01 sala para recreação; 03 sanitários femininos; 03 sanitários masculinos; 01 banheiro social; 01 cozinha; 02 despensas; 03 salas de almoxarifado; 01 palco para atividades artísticas e culturais; 01 quadra desportiva coberta; 01 refeitório; 08 salas para acompanhamento de pacientes (psicologia, fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, serviço social, neurologia, clínica geral e pediatria) e 01 sala para audiometria.



Fig. 2 – Vista interna da Escola La Salette.

Fonte: Google/Internet

3.2 TIPO DE PESQUISA

É uma pesquisa produzida a partir de entrevistas, dos relatos profissionais dos docentes, de documentos fornecidos pela escola e depoimentos de colaboradores que lidam com a diversidade. Também, livros científicos sobre educação especial e inclusão social, utilizados na complementação do desenvolvimento do trabalho.

As entrevistas foram direcionadas aos professores que trabalham com alunos com necessidades educativas especiais, do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, sendo utilizadas as informações coletadas para o estudo da investigação proposta no trabalho.

Em anexo são apresentados os dados estatísticos com referência aos alunos da Escola de Educação Especial La Salette que foram inseridos no ensino regular nos últimos cinco anos.

3.3 COLETA DE DADOS

A coleta dos dados foi realizada através de levantamentos bibliográficos e questionários entregues à coordenadora, à diretora e às professoras especializadas no assunto pedagógico (Apêndice B, p.40).

A abordagem dos assuntos solicitados nos questionários ocorreu de forma sigilosa, com neutralidade e com ética profissional. Os questionários foram respondidos, no período de Março a Outubro de 2012, pela diretora da Escola, pela coordenadora e seis professoras.

Todos os participantes da pesquisa eram do sexo feminino, com mais de dez anos de atuação na educação especial. As professoras, participantes dessa pesquisa, possuem formação no ensino superior de pedagogia, com idade entre 30 e 50 anos.

3.4 ANÁLISE DE DADOS

Análise dos dados é o resultado obtido das respostas fornecidas pelos entrevistados (docentes e colaboradores) da Escola La Salette. Foram fornecidos questionários com perguntas aos entrevistados, cujas respostas me proporcionaram conduzir a elaboração da fundamentação teórica.

Logo, permitiu-me apresentar os conteúdos da investigação de forma ordenada e coerente, com a intenção de atingir a meta do projeto concernente ao método e à técnica de ensino-aprendizagem oferecido aos educandos com necessidades especiais e a inclusão no ensino regular.

Observando-se os dados estatísticos da Escola La Salette, nos últimos cinco anos, podemos discutir e analisar alguns pontos relevantes (Apêndice A, p.39). Dentre os aspectos positivos, sobressai a técnica e a prática de ensinamentos pré-estabelecidos no PPP da Escola que são discutidos e planejados no início do ano letivo.

Os docentes envolvidos são todos especializados no atendimento da diversidade dos alunos. A elaboração, o planejamento e o encaminhamento metodológico considerando a realidade de cada aluno, objetivando a evolução do cognitivo.

Na avaliação, espera-se que o educando faça um paralelo entre os conteúdos aprendidos e a realidade do seu cotidiano de forma contínua e diagnóstica, e eles sempre são acompanhados por uma equipe itinerante de assistência médica e psicológica.

Com relação à acessibilidade dos alunos portadores de necessidades especiais, algumas adaptações curriculares de pequeno porte são realizadas a partir de recursos do Município e de doações da comunidade, tais como, construção de rampas de acesso; mobílias adaptadas para o aluno; próteses; cadeiras de rodas e acesso ao computador.

A Escola La Salette está promovendo adaptações curriculares para garantir a acessibilidade do aluno com necessidades especiais, visando à construção do aprendizado de forma gradativa, propiciando a inclusão no ensino regular e inserção no contexto social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um processo de construção da consciência crítica, independente do indivíduo ser ou não portador de necessidades educativas especiais, ele merece e precisa de apoio da família, da escola, do educador e da comunidade para ser inserido no contexto cultural e social.

A Escola La Salette tem a missão de desenvolver o potencial de cada educando, respeitando suas características individuais, sempre procurando reforçar seus pontos fracos, o auxiliando para superá-los. Dessa forma, percebe-se que as dificuldades dos alunos especiais não servem de motivos para serem excluídos do processo de aprendizagem e nem discriminados pela sociedade.

Neste sentido, a adaptação curricular é necessária, e é possível deixar clara essa ação no Projeto Político Pedagógico da escola. No entanto, só isso não basta, é necessário trabalhar com todo o coletivo escolar e comunidade, promovendo ações que assegurem o direito e a permanência dos alunos com necessidades educativas especiais no contexto educacional.

Devemos sim, em conjunto com a sociedade e pais de alunos, buscando soluções junto ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), Secretaria de Educação do Estado e órgãos competentes do município, no atendimento total das diretrizes.

Em relação à acessibilidade, a Escola busca, através de Projetos Pedagógicos, recursos financeiros necessários de diversos órgãos, Governo do Estado, Prefeitura Municipal e Comunidade, a fim de atender a diversidade e as necessidades essenciais do educando especial.

Conforme enuncia o Senador ARNS (2007), é de direito do indivíduo, com necessidade educativa especial, de ter acesso à educação de qualidade, pois o “objetivo é torná-la disponível a todos” e, “oportunizá-la aos educandos portadores de necessidades especiais”, ou seja, cumprimento do propósito da LDB que é a inclusão da clientela especial na rede regular de ensino.

Porém, a inclusão deve acontecer de forma responsável, dando suporte para que o indivíduo com deficiência intelectual, além de estar no espaço escolar, tenha acesso ao processo de ensino-aprendizagem sem discriminação. Não bastam mudanças na estrutura física das instituições de ensino, pois o processo de inclusão,

além de garantir suportes à acessibilidade, necessita também de mecanismos que favoreçam a aprendizagem e a cultura do saber sistematizado.

Portanto, não existe criança que não aprenda. Existem algumas crianças ou educandos especiais que aprendem de modo diferente, algumas têm mais facilidade e outras não. Sendo assim, o educador precisa prestar atenção às especificidades de cada aluno, não deixar de intervir no momento exato, principalmente, quando se trata de educação especial e inclusiva.

Para finalizar, a Escola La Salette tem realizado trabalhos condizentes com as atribuições estabelecidas pelo MEC e as diretrizes educacionais em prol dos alunos com necessidades educativas especiais, promovendo a sua inserção na rede regular de ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - **Projeto Político-Pedagógico**. Nova Londrina: Orientações (SEED/DEEIN), 2010.

APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – **Regimento Escolar**. Nova Londrina, 2010.

ARNS, Flávio. **Resolução nº2/2001-CNE/CEB – Parecer nº17/2001 CNE/CEB. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília: Senado Federal, Gabinete do Senador Flávio Arns, 2007.

ARNS, Flávio. **Direitos da Pessoa com Deficiência: Conhecer para Exigir**. (organização Elizabeth Aparecida Pereira e Ivanilde Maria Tibola), Brasília: Senado Federal, Gabinete do Senador Flávio Arns, 2008.

ARNS, Flávio. **Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília: Senado Federal, Gabinete do Senador Flávio Arns, 2010.

ARANHA, Maria S. F. **Inclusão Social e Municipalização**. In: Manzini, E. J. Educação Especial: Temas Atuais. Marília: Unesp, 2000.

BAPTISTA, Cláudio Roberto. **Inclusão e Escolarização – Múltiplas Perspectivas**. 1ª Ed., Porto Alegre: Editora Mediação, 2006.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. 3ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/182.pdf>
Acesso em: 07/11/2012.

FACION, José Raimundo. **Inclusão Escolar e suas Implicações**. Curitiba: Editora IBPEX, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra Ltda, 2011.

GUEBERT, Mirian Célia Castellain. **Inclusão: Uma Realidade em Discussão**. 2ª Edição, Curitiba: Editora IBPEX, 2007.

LUCK, Heloísa. **Pedagogia Interdisciplinar – Fundamentos Teóricos- Metodológicos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na Educação Inclusiva: Entendendo Esse Desafio**. 2ª Edição, Curitiba: Editora IBPEX, 2008.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil – História e Políticas Públicas**. 6ª Edição, São Paulo: Editora Cortez, 2011.

PERRENOUD, Philippe. **Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

SAVIANI, Demerval **Pedagogia Histórico Crítico: Primeiras Aproximações**. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Aline Maria Da. **Educação Especial e Inclusão Escolar – História e Fundamentos**. 1ª Edição, Curitiba: Editora IBPEX, 2010.

UEM – **Inclusão Digital e Diversidade – Laboratório Temático**. Maringá: Editora Eduem, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A: DADOS ESTATÍSTICOS

A tabela a seguir mostra os dados estatísticos dos alunos matriculados na Escola de Educação Especial La Salette, os quais foram inseridos na rede de ensino regular nos últimos cinco anos. As siglas correspondem aos nomes dos alunos que foram inseridos na rede regular e datas de nascimento dos alunos.

Alunos inseridos na rede regular de ensino

2007	2008	2009	2010	2011
1 aluno	3 alunos	11 alunos	4 alunos	1 aluno
108 alunos matriculados	99 alunos matriculados	111 alunos matriculados	115 alunos Matriculados	122 alunos matriculados
K.G.C.L. 18/07/2003	S.G.V. 11/10/2002 W.R.Q. 03/04/2004 L.B.G.N. 22/05/2001	G.S.N. 20/11/1987 J.V.G.O. 25/06/1999 J.V.P.S. 23/01/2007 L.A.L. 14/11/1997 L.H.S. 13/04/2006 M.F.S. 16/09/2007 N.B.S. 04/07/2004 V.A.Z. 16/06/2001 C.S.F. 25/06/2007 J.D.V. 12/02/2008 M.F.N.O 12/11/2000	G.S.P. 28/10/2000 L.G.C.S. 04/06/2007 L.M.C.S. 04/06/2007 N.B.S. 04/07/2004	S.M.G. 0/12/2007

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO

Perguntas:

1. Existem adaptações curriculares adotadas na Escola La Salette? E qual a importância das mesmas na educação inclusiva?
2. Você acredita que a sociedade está preparada para a inclusão social dos alunos com necessidades educacionais especiais na rede de ensino regular?
3. Como é realizada a avaliação para identificar as necessidades educacionais especiais?
4. Quais os procedimentos de avaliação da aprendizagem dos alunos especiais?
5. Quais as contribuições que você pode observar a partir de sua prática pedagógica?
6. Há comprometimento, por parte do governo, em relação ao processo de ensino-aprendizagem na educação especial?
7. Os coordenadores, gestores administrativos, professores e colaboradores, que trabalham com a inclusão educacional, têm o conhecimento e a formação básica necessária para ensinar e atender as especificidades dos alunos com necessidades especiais? Caso a resposta for afirmativa, como isto ocorre?
8. Quais as técnicas de ensino (metodologia) utilizadas, na Escola La Salette, quanto à solução da especificidade do aluno especial?
9. A escola tem planejamento de aula? Quando e como é elaborado?
10. Como é feita a avaliação dos alunos nas etapas dos programas ofertadas pela Escola?
11. Utilizam recursos da tecnologia para atendimento dos alunos na sala de aula?